Presidência do Governo

Resolução do Conselho do Governo n.º 92/2023 de 7 de junho de 2023

Após a crise causada pela pandemia associada ao novo coronavírus SARS-COV-2, responsável pela doença Covid-19, a guerra provocada pela invasão da Ucrânia pela Rússia tem conduzido a uma grande instabilidade nas cadeias de abastecimento de matérias-primas, bem como no setor energético, o que se traduz numa inflação exacerbada dos bens alimentares de primeira necessidade e dos combustíveis, com impactos expressivos na economia.

Com vista à mitigação do impacto financeiro resultante do aumento dos preços do combustível, a presente resolução prevê um regime extraordinário de apoio destinado ao setor social e solidário. O referido apoio destina-se às instituições particulares de solidariedade social e instituições equiparadas, com contrato de cooperação – valor cliente com o Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA, que desenvolvam respostas sociais cuja natureza se baseie na necessidade imperiosa de transporte de pessoas e bens, designadamente as de Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e Centro de Atividades de Tempos Livres.

A implementação deste apoio concretiza o plasmado no Plano Regional Anual para o ano de 2023, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2023/A, de 13 de janeiro, no que concerne ao combustível social, Programa 2 — Desenvolvimento social e inovação, Projeto 2.2 — Apoio à família, comunidade e serviços, Ação 2.2.15 — Apoio à aquisição de combustível pelas IPSS (combustível social).

Assim, nos termos das alíneas a) e d) do n.º 1 do artigo 90.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da alínea d) do n.º 1, e dos n.ºs 5, 7, 8 e 10 do artigo 39.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2023/A, de 5 de janeiro, que aprova o orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023, o Conselho do Governo resolve:

1 - Criar um apoio extraordinário à aquisição de combustível para as instituições privadas sem fins lucrativos, com contrato cooperação – valor cliente, em vigor no mês de fevereiro de 2023, com o Instituto da Segurança Social dos Açores, I.P.R.A., denominado por “combustível social”.

2 - Aprovar o regulamento do apoio extraordinário à aquisição de combustível, que constitui anexo à presente resolução, da qual faz parte integrante.

3 - Delegar no Vice-Presidente do Governo Regional, com a faculdade de subdelegar, os poderes para, em nome e em representação da Região Autónoma dos Açores, conceder os apoios previstos no n.º 1, bem como praticar os demais atos considerados necessários e conducentes à sua implementação, operacionalização e bom funcionamento.

4 - Os encargos resultantes da presente resolução são suportados por conta da dotação anual inscrita no Capítulo 50 - Despesas do Plano, Programa 2 – Desenvolvimento Social e inovação, Apoio à família, comunidade e serviços, Ação 2.2.15 — Apoio à aquisição de combustível pelas IPSS (combustível social), com o limite máximo de 300.000,00 € (trezentos mil euros) em 2023.

5 - A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte da publicação.

Aprovada em Conselho do Governo, em Ponta Delgada, em 25 de maio de 2023. - O Presidente do Governo, *José Manuel Bolieiro*.

ANEXO

(a que se refere o n.º 2)

Regulamento do apoio extraordinário à aquisição de combustível

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento determina os termos do apoio extraordinário à aquisição de combustível pelas instituições privadas sem fins lucrativos com contrato cooperação – valor cliente, em vigor no mês de fevereiro de 2023, com o Instituto da Segurança Social dos Açores, I.P.R.A. (ISSA, I.P.R.A.), adiante designado por Apoio.

Artigo 2.º

Âmbito

1 - O Apoio destina-se às instituições particulares de solidariedade social e instituições equiparadas, adiante designadas por entidades gestoras, que, na Região Autónoma dos Açores, desenvolvam respostas sociais, exclusivamente com contrato cooperação – valor cliente, cuja natureza se baseie na necessidade imperiosa de transporte de pessoas e bens.

2 - As respostas sociais abrangidas pelo Apoio, previsto no número anterior, são as seguintes:

- a) Serviço de Apoio Domiciliário;
- b) Centro de Dia;
- c) Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão;

d) Centro de Atividades de Tempos Livres.

Artigo 3.º

Objetivos

São objetivos do Apoio:

- a) Compensar o aumento dos custos que as entidades gestoras têm sentido com a aquisição de combustível;
- b) Apoiar a prestação de serviços com qualidade, individualizados e adequados às necessidades dos clientes;
- c) Manter a promoção da eficiência energética, por redução do consumo de combustíveis fósseis, conforme previsto no Plano para a Mobilidade Elétrica dos Açores.

Artigo 4.º

Apoio extraordinário

1 - Por cada cliente que frequentava, em fevereiro de 2023, uma das quatro tipologias de resposta social definidas no n.º 2 do artigo 2.º, é atribuído, à respetiva entidade gestora, um apoio extraordinário único, não reembolsável, calculado em função das frequências comunicadas ao ISSA, I.P.R.A., e registadas no Sistema de Informação e Apoio à decisão Social (SIADS), nos montantes seguintes:

- a) Serviço de Apoio Domiciliário, um apoio de 48,00 € (quarenta e oito euros), por cliente;
- b) Centro de Dia, um apoio de 36,00 € (trinta e seis euros), por cliente;
- c) Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão, um apoio de 108,00 € (cento e oito euros), por cliente;

d) Centro de Atividades de Tempos Livres, um apoio de 28,80 € (vinte e oito euros e oitenta cêntimos), por cliente.

2 - O apoio financeiro previsto nos números anteriores destina-se a compensar encargos excecionais com o transporte imperioso de pessoas e bens pelas respetivas entidades gestoras.

Artigo 5.º

Atribuição

1 - O Apoio é atribuído por despacho do Vice-Presidente do Governo Regional, na qualidade de membro do Governo Regional competente em matéria de solidariedade social.

2 - Para efeitos do n.º 10 do artigo 39.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2023/A, de 5 de janeiro, os direitos e as obrigações das partes, as medidas de controlo e acompanhamento, bem como o regime sancionatório em caso de incumprimento, são definidos por Portaria do Vice-Presidente do Governo Regional, na qualidade de membro do Governo Regional com competência em matéria de solidariedade social, e objeto de concordância assinada pelo beneficiário.

Artigo 6.º

Revisão

O montante dos apoios extraordinários a conceder não é objeto de revisão.

Artigo 7.º

Pagamento

Compete ao ISSA, I.P.R.A. proceder ao pagamento dos apoios concedidos nos termos do presente regulamento, bem como da Portaria referida no n.º 2 do artigo 5.º.

Artigo 8.º

Casos omissos ou esclarecimentos

É da competência do departamento Governo Regional com competência em matéria de solidariedade social a resolução de casos omissos, bem como prestar os esclarecimentos necessários à boa execução do Apoio.

Artigo 9.º

Proteção de Dados

Na execução do Apoio, o Governo Regional dos Açores obriga-se a atuar em conformidade com todas as normas vigentes no ordenamento jurídico nacional em matéria de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, bem como a relativa a códigos de conduta, ou mecanismo de certificação vigente e aplicáveis nestas áreas.